

a violência nas escolas e a formação de educadores a partir das leituras de Adorno e Lyotard.

Ione da Silva Cunha Nogueira (Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESP – Marília)

Eixo Temático: Dimensão Cultural na Formação de Professores

Ao observarmos o problema da violência nas escolas, podemos notar que ele tem se apresentado de diversas maneiras no decorrer dos anos. Uma manifestação que já pôde ser considerada um meio de contestação, hoje tem se mostrado muito mais uma forma de apresentação da violência externa, da sociedade, que adentrando as escolas impossibilitam uma reação adequada dos profissionais da educação.

Nesse contexto, o professor encontra-se diante de uma situação difícil, sem conseguir lidar adequadamente com o problema exatamente por ser aquele está diretamente exposto ao problema e também por ser um profissional que constantemente tem a necessidade de se preparar para lidar com as situações provenientes das novas demandas sociais.

Pode-se perceber que exatamente por encontrar grandes dificuldades em tratar esses e outros problemas, os educadores têm passado por um forte momento de crise. Aquino (1998) afirma que a crise da autoridade docente seria um dos principais fatores que tem impulsionado a violência presenciada nas escolas. A escola na atualidade tem se apresentado como local de confronto, não intelectual ou cultural, como era de se esperar, mas sim físico ou moral, apresentando-se de maneira não apropriada a essa instituição. Conforme o autor, a questão da autoridade vai além da formação e qualificação profissional e passa a se configurar como “ponto nevrálgico da ética docente”.

Nesse sentido, Arendt (1972, p. 239) aponta que embora a qualificação seja importante não é ela que garante a autoridade, pois *“a qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém, sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo.”* Para a autora, a crise educacional está vinculada à crise da autoridade na sociedade industrial moderna. Nesse contexto, a educação não se manteve acima das contingências políticas, sociais e econômicas, mas delas recebeu influências marcantes. O sistema educacional absorveu e foi modificado por mudanças na esfera política e social.

O conceito de autoridade no pensamento político sofreu alterações com a democratização do sistema. Para Arendt, essa democratização também atingiu a escola e assim, tornou-se absurda a imposição da vontade de uma pessoa livre sobre outra. A perda da autoridade que se iniciou na esfera política terminou por afetar a esfera privada. Como consequência, a autoridade foi contestada não só na vida pública, mas também na família e na escola. “*Quanto maior a desconfiança face à autoridade na esfera pública, mais aumenta, naturalmente a probabilidade de que a esfera privada não permaneça incólume.*” (ARENDR, 1972, p.240)

Esse fenômeno concebido por Arendt como crise da autoridade pode vir a se materializar no sistema educacional sob a forma de violência intelectual e física, expressando-se sob a forma de negação intelectual do diálogo e da destruição das escolas. A crise da autoridade pode se apresentar no meio escolar como a crescente crise da autoridade docente.

Conforme a percepção de Aquino (2000, p.196), a escola não pode permanecer alheia às exigências que os tempos atuais lhe têm imposto. Diante de um problema como o da marginalidade e das drogas adentrando à escola, os educadores não podem se calar e agir como se nada estivesse acontecendo, pois “*as demandas sociais têm exigido respostas cada vez mais complexas e abrangentes por parte dos educadores.*” Embora o autor nos demonstre que essa resposta pode não vir necessariamente de imediato, ela deve ser dada e para tanto, as escolas e os educadores precisam estar preparados.

Nesse sentido é importante observarmos a atuação dos professores e seu preparo ou não para lidar com os problemas existentes na escola e que não estão diretamente envolvidos com as questões de aprendizagem.

Em primeiro lugar, Adorno (1995a) faz uma análise dos motivos que a seu modo de ver levaram a imagem do professor a se encontrar em grande processo de desgastes. Para tanto, se propõe traçar algumas considerações sobre a dimensão do que ele chama de aversão em relação à profissão do professor. Nesse intento nos relata que ao se formar, muitos dos futuros professores vêem sua profissão como algo imposto a que terão que se curvar por lhes faltar alternativas. Dentre seus motivos, ele enumera como mais fortes: a antipatia em relação ao que se encontra regulamentado, ao que se encontra disposto para a escola regulamentada, bem como as motivações materiais, ou seja, o fato do magistério ser relacionado como profissão de baixos ganhos.

A partir desses pontos o autor faz um relato do que viria a ser para ele “tabus

acerca do magistério”. Utiliza o conceito de tabu, de maneira rigorosa, “*no sentido de representações inconscientes ou pré-conscientes dos eventuais candidatos ao magistério, mas também dos outros, principalmente das próprias crianças, que vinculam essa profissão como que a uma interdição psíquica que a submete a dificuldades raramente esclarecidas.*” (ADORNO, 1995a, p. 98)

De acordo com o autor, ao compararmos o magistério a outras profissões acadêmicas, “*pelo prisma social o magistério transmite um clima de falta de seriedade.*”(ADORNO, 1995a, pg.99). Conforme observado pelo autor, o professor é visto como alguém socialmente incapaz, e nesse sentido é desvalorizado como profissional e diminuído à figura de quem escolheu sua profissão por falta de opções. Embora tenha sido escrito por Adorno na Alemanha em 1965, portanto há mais de 40 anos, parece algo bem real para o Brasil do século XXI. Basta procurarmos jovens egressos do Ensino Médio, principalmente os provenientes de escolas particulares, para verificar o número baixo de pessoas que pretendam cursar Pedagogia ou mesmo outra Licenciatura. As próprias famílias já não incentivam mais seus filhos a procurar essa profissão e nas classes média e alta, aqueles que desejam seguir esse caminho encontram séria oposição.

Essa aversão muitas vezes é demonstrada pelas pessoas ao se depararem com um professor das séries iniciais ou Pedagogo. A sociedade de um modo geral tem rejeitado a profissão. Sem relatarmos as questões históricas, por não ser esse nosso objetivo, principalmente no tocante ao Brasil, sabemos que muito desse sentimento de menosprezo está relacionado a posicionamentos do passado por parte dos próprios profissionais. Porém, uma questão se faz importante em nossa reflexão sobre o assunto, como reverter essa situação?

Adorno (1995a) procura a gênese e desenvolvimento para explicar o menosprezo de que o professor é alvo e chega à Idade Média e início do Renascimento. Existem antigas referências relacionando professores a escravos. O uso do intelecto em determinado momento encontrava-se separado da força física e era considerado de menor valor. Para o autor esse passado distante na história ressurge permanentemente. O menosprezo existente pelos professores, pelo menos na Alemanha, poderia ser caracterizado como o ressentimento do guerreiro que acaba se impondo ao conjunto da população pela via de um mecanismo interminável de identificações.

O autor aponta a ambigüidade de sentimentos, de um lado, o respeito pela

independência de espírito e, de outro, o menosprezo por aquele que ao não portar armas não tem como se defender diante da força física. *“Movidos por rancor, os analfabetos consideram como sendo inferiores todas as pessoas estudadas que se apresentam dotadas de alguma autoridade, desde que não sejam providas de alta posição social ou do exercício de poder.”* (Adorno, 1995a, p.102)

Adorno então traz à tona a questão do por que esse tabu arcaico atinge aos professores e não a outros profissionais intelectuais como os juristas e médicos. Para ele isso acontece porque essas outras profissões podem ser consideradas “livres”. *“Subordinam-se à disputa concorrencial; são providas de melhores oportunidades materiais, mas não são contidas e garantidas por uma hierarquia de servidor público, e por causa dessa liberdade, gozam de maior prestígio.”* (1995a, p.103)

Por outro lado, Adorno nos mostra que os professores não são levados a sério por exercerem poder sobre sujeitos civis não totalmente plenos, ou seja, crianças, enquanto os juízes e funcionários administrativos possuem algum poder real delegado. O poder dos professores é desprezado por ser considerado como um “quase” poder, pois não diz respeito a pessoas que decidam sobre suas próprias vidas. E ainda assim, é visto como “tirano da escola” embora seu despotismo não vá além de controlar a vida da criança naquele período em que se encontra sob seus cuidados.

Ele também nos aponta o fato de que os professores são vistos como alguém que deve ser considerado suspeito em suas idéias por representar um ser “fora da realidade”. O problema é que os professores são agentes de um processo civilizatório que é orientado para um nivelamento. *“Ele pretende eliminar nos alunos aquela natureza disforme que retorna como natureza oprimida nas idiosincrasias, nos maneirismos de linguagem, nos sintomas de estarecimento, nos constrangimentos e nas inabilidades dos mestres.”* (ADORNO, 1995a, p.110)

Para o autor as resistências das crianças e jovens foram de certo modo transmitidas pelos pais. Porém, muitas têm como base estereótipos herdados, outras, percebem a situação objetiva do professor, ou seja, a imagem de professor existente no imaginário não seria a de uma pessoa normal e verdadeira. A isso se soma um momento social que reúne fortes tensões: aquele momento em que a criança é retirada da proteção dos pais e dos professores da educação infantil, para adentrar ao verdadeiro mundo da escola. Todos sabemos que esse momento é realmente traumático, dependendo da maneira como acontece. Para Adorno, além do trauma é nessa época que as crianças

experimentam pela primeira vez na sociedade aquilo que conhecerão como alienação. “*Para o desenvolvimento dos homens a escola constitui quase o estereótipo da própria alienação social.*” (1995a, p. 112). Justamente o agente dessa alienação é a autoridade do professor e a resposta que é dada por parte dos alunos é a apreensão negativa de sua imagem.

Por outro lado, os professores têm tanta dificuldade em acertar, porque sua profissão lhes nega a separação entre seu trabalho objetivo e o plano afetivo social, separação possível nas outras profissões. Essa separação é praticamente impossível no magistério, pois seu trabalho se realiza sob a forma de uma relação imediata, de um dar e receber, que ficará prejudicada se tiver em mente o alcance de seus objetivos imediatos. Para Adorno a solução para esse problema específico estaria em uma mudança no comportamento dos professores. Ele propõe que realmente ocorra uma conscientização e aprendizado psicanalítico para o magistério. O professor não deve sufocar suas reações afetivas, mas sim demonstrá-las, deixando claro que é um indivíduo como todos os outros, passível a erros e dificuldades.

Para finalizar seu texto, Adorno (1995a) propõe algumas possíveis respostas ao problema dos tabus acerca do magistério. Em primeiro lugar, sugere um esclarecimento a respeito das questões levantadas. Esclarecimento aos próprios professores, aos pais e na medida do possível aos alunos. Em seguida, propõe eliminar quaisquer limitações e obstáculos que dêem suporte aos tabus. Num terceiro momento, o autor sugere que ainda na fase de formação de professores tais pontos nevrálgicos sejam tratados e não que se opte por reforçar os tabus vigentes como na realidade tem acontecido.

A formação profissional seria para o autor uma das maneiras de se tratar as deformações existentes na profissão. Afastar por completo dos professores as condutas autoritárias é um ponto importante para ele, principalmente no caso dos que já atuam. Também as escolas e seus administradores teriam que ter a consciência da necessidade que o professor tem de possuir liberdade intelectual, e que ao invés de impedir seu trabalho científico o mesmo seja incentivado.

Adorno deixa claro que apesar de falar sobre os tabus, e não sobre a realidade da docência nem à constituição efetiva dos docentes, esses planos não são inteiramente independentes entre si. Para ele, não se deve esquecer que a chave para a transformação decisiva das situações vividas, na atualidade, se encontra na sociedade e em sua relação com a escola. O retrocesso da humanidade à barbárie vivenciada no holocausto revelou o

fracasso de todas as configurações para as quais vale a escola. Porém, enquanto a sociedade gerar a barbárie a partir de si mesma, a escola não tem condições de resistir. É importante tratar a barbárie individualmente, pois a desbarbarização da humanidade é pressuposto imediato para a sobrevivência. Para Adorno, esse deve ser o objetivo da escola, por mais restrito que seja seu alcance e suas possibilidades e, para isso, é importante libertar-se dos tabus, pois é justamente sob sua pressão que se reproduz a barbárie.

Com o termo “barbárie” o autor se refere ao preconceito delirante, à opressão, ao genocídio e à tortura, e que para ele é preciso contrapor-se de maneira contundente a ela, principalmente na escola, por isso considera que uma de suas funções seja a de conscientizar a sociedade a respeito do pesado legado de representações que carrega consigo.

Assim, para Adorno (1995b) “desbarbarizar” tornou-se a questão mais urgente da educação na atualidade. Pois, “barbárie”, seria o nome dado a uma agressividade primitiva, um ódio primitivo, um impulso de destruição que leva as pessoas a cometerem certos tipos de violência, apesar da civilização se encontrar no mais alto nível de desenvolvimento tecnológico. Mesmo com todo desenvolvimento alcançado na atualidade, as pessoas se encontram atrasadas de um modo descompassado em relação à sua própria civilização. Para Adorno, superar a barbárie é uma questão decisiva para a sobrevivência da humanidade e somente através da educação será possível alcançar esse objetivo.

O autor acredita que a educação só tem valor enquanto dirigida à auto reflexão crítica. Segundo ele, é necessário que seja evitada uma heteronomia, ou seja, um estado de dependência aos mandamentos e normas que não sejam provenientes da própria razão do indivíduo.

Adorno (1995b, p.141) critica a educação como simples modelagem de pessoas baseadas no seu exterior. E defende que não deve ser encarada como mera transmissão de conhecimentos, mas, segundo ele, deve buscar a produção de uma “*consciência verdadeira*”, o que se torna também uma exigência política, pois “*uma democracia com o dever de não apenas funcionar... mas operar conforme seu conceito... demanda pessoas emancipadas.*” Para o autor o fato de uma pessoa ser emancipada significa que ela seja conscientizada e preparada para agir racionalmente.

De acordo com Adorno (1995b), existe um estreito vínculo entre o conceito de racionalidade e de consciência, que não diz respeito apenas ao conceito de “*capacidade formal de pensar*”, mas sim de pensar em relação à realidade. Esse sentido mais profundo de “*consciência*” ou “*faculdade de pensar*” corresponde literalmente à capacidade de construir experiências. Apenas através da conscientização pode-se chegar a uma situação que não seja somente controlada pela emoção ou por sentimentos, mas pela razão. Porém, para que isso aconteça é necessário que o problema seja visto como real e existente para que então possa ser tratado.

Adorno nos mostra, porém, que se pretendemos levar alguém à conscientização é necessário nós mesmos sermos conscientes, levantando desse modo, a questão de que os professores precisam refletir sobre si mesmos, sobre sua profissão e suas implicações políticas e sociais para que então possam levar seus alunos à reflexão.

Desse modo, percebemos em Adorno a proposta de “*uma discussão sobre a natureza do ensino e do trabalho docente, elucidando a sua dimensão subjetiva e estética, que pode auxiliar na possível concepção da educação como arte e da poética no ensino, perspectivando uma política de resistência ao existente.*” (PAGNI, 2005, pg.4)

De acordo com Pagni, Adorno nos mostra que, se o professor deseja pensar sua profissão, precisa além de compreender as condições sociais e políticas que envolvem sua atividade, reconhecendo as limitações impostas pelo mundo totalmente administrado, perceber claramente os dispositivos subjetivos que se encontram presentes, reafirmando e reforçando o autoritarismo, a violência e a barbárie. Desse modo, para Adorno, o objetivo principal dessa atividade de reflexão seria o de afastar para sempre a possibilidade de que Auschwitz se repita. Esta seria a principal tarefa para a educação no presente, afastar os preconceitos e a discriminação que tantas vezes se apresenta na sociedade de maneira natural, sendo aceita pela escola da mesma forma.

Essa idéia de professor reflexivo que pode nos parecer óbvia, pois é algo implícito à profissão do professor, nem sempre surge da maneira natural como se imaginava que devesse ser. Muitos profissionais precisam se preparar para fazê-lo.

Sob a visão de Lyotard (1993a), o saber já não pode mais ser considerado um meio de emancipação. Ele nos mostra que a educação teve uma finalidade explícita na modernidade no final do século XVIII. A idéia existente naquele momento de que a

educação libertaria a humanidade do despotismo, da ignorância e da miséria, perderam seu sentido, pois se percebeu que, em nome desses ideais, muitas atrocidades foram cometidas causando exatamente o seu oposto.

Do mesmo modo, a modernidade e as tecnociências que deveriam ajudar a libertar a humanidade utilizam-se de outros mecanismos para a aprisionarem. Nossa época é marcada pela impossibilidade de pensar em nossos objetivos, inclusive na educação, pois a idéia de que o saber tornaria o homem um sujeito livre, consciente e responsável está em declínio.

O mal-estar dos docentes, segundo esse autor, provém do fato de já não se saber mais qual é a finalidade de sua atividade. Desse modo, Lyotard nos apresenta a idéia de que a educação já não é um meio de emancipação. Não nos moldes colocados no século XVIII, e segundo o autor, foram os próprios educadores que levaram a escola a seu fracasso, pois ao se oferecer uma educação obrigatória, ofereceu-se também aos jovens a possibilidade de iludir a escola. Assim, para o autor o pedagogismo contribuiu para o fracasso da escola, pois temos um período obrigatório a ser cumprido para o qual não se tem clareza a respeito de sua finalidade.

O problema é que na instauração da República a escola formava cidadãos, hoje o seu principal objetivo é o de “fabricar” profissionais úteis à economia. Assim as escolas atualmente e também os alunos, têm a grande preocupação de formar para o trabalho. Formar pessoas que estejam prontas a adentrar ao mercado de trabalho.

Lyotard também apresenta como um problema para a educação o fato de que em nome da democracia abandonou-se a seleção. E embora essa seleção não aconteça direta e claramente, vem acontecer de modo envergonhado e inconfessado. Por isso, o autor nos mostra que hoje vivemos uma espécie de tempo morto para o saber que se reflete no desinteresse dos estudantes pela escola e pelos estudos, pretendendo simplesmente alcançar seus diplomas e deixar a escola. Este é um verdadeiro obstáculo para a ação educativa.

Nesse sentido Lyotard (1993b) chama a atenção para a necessidade de uma formação filosófica para os professores, pois educar e instruir são atos filosóficos. Para tanto, é necessário ter em mente que o ato filosófico decorre de um acontecimento, pois para o autor, em torno da palavra formação, *Bildung*, está o pressuposto de que “*o espírito dos homens não lhes é dado como é preciso, e deve ser re-formado.*” (Lyotard, 1993b, p.119)

Para que isso aconteça, é preciso que haja por parte do próprio professor uma atitude de humildade em relação ao conhecimento. É preciso que o educador reconheça que não sabe todas as coisas, e que assuma sua condição de “infância” em relação ao saber e ao conhecimento.

A infância é o modo possível de se adentrar a esse mundo. Para Lyotard não existe nenhum problema em se aceitar esse fato, pois a infância mostra que “*o espírito não é dado, mas é possível.*” (1993b, p. 120)

Assim, o educador não pode ser um mestre no curso filosófico no sentido de dominá-lo, pois não se pode expor uma questão sem se ficar exposto a ela. Da mesma forma, se o educador pretender que seus alunos adquiram uma postura filosófica diante do mundo a ser descoberto é necessário que em primeiro lugar ele próprio se coloque em condição de não-saber (infância) para que possa aprender vindo a recomençar.

O modo de ver a educação a partir de uma concepção filosófica se distancia dos interesses do mundo atual para a educação, pois o professor que quer ensinar a pensar precisa ter paciência, é preciso ganhar tempo e suportar o fato de nem sempre progredir com a rapidez desejada, mas sim suportar a infância do pensamento. “*Existe a exigência de ter paciência que consiste em suportar não progredir (de forma calculável e aparente), começar sempre, é contrário aos valores ambientes de prospectiva, de desenvolvimento, de valorização, de “performance”, de velocidade, de contrato, de execução, de gozo.*” (Lyotard, 1993b, p.121 e 122).

É preciso ter paciência, pois o trabalho do pensamento deve ocorrer a cada aula. Para ensinar a filosofar é preciso filosofar, pois, o pensamento está emaranhado em não-pensamento e é preciso desemaranhar a língua perdida na infância.

Em algum momento a tarefa filosófica foi confundida com a de emancipação, pois a escola foi colocada no centro do interesse popular e prático da razão visando à formação do cidadão. Porém, para Lyotard a nova tarefa do pensamento didático deve ser procurar a sua infância em qualquer parte, mesmo que seja fora dela.

Desse modo, podemos verificar que se a sociedade atribui aos professores, a tarefa de fazer com que seus alunos pensem sobre si mesmos, sobre a educação, o mundo e todas as coisas, o autor nos mostra que é necessário que os próprios educadores assim o façam.

Aí pode se encontrar uma grande dificuldade, pois o próprio professor deverá em primeiro lugar ter “paciência” e humildade a respeito de si mesmo, sobre sua própria

formação e conscientização. Talvez o mais difícil seja admitir essa condição de menoridade intelectual em relação a alguns assuntos. Depois o problema se apresenta em relação aos alunos, pois eles também precisam desse tempo necessário e muitas vezes o sistema não permite que a escola trabalhe de acordo com o “tempo do aluno.”

Se os educadores precisam levar seus alunos a refletir sobre todas as questões relacionadas à educação, isso deverá acontecer também em relação à escola e seus posicionamentos como indivíduos inseridos na comunidade.

Quanto à formação de educadores tão falada em nossos dias podemos dizer que essa formação deverá prever os riscos que esse profissional corre ao não se preparar adequadamente para lidar com a sala de aula e seus alunos.

O professor que se prepara apenas em termos de conhecimento do conteúdo a ser ensinado corre o risco de não conseguir nem mesmo começar sua exposição sobre o mesmo. Creio que essa dificuldade tem sua origem na própria definição e, portanto, compreensão das finalidades da educação. Muitas vezes não parece estar bem definido no subconsciente docente que a necessidade de uma formação que ultrapasse esses limites é imprescindível, se quiser alcançar seus objetivos.

No processo de transformação da escola e da realidade todos aqueles que fazem parte da equipe escolar têm um importante papel a desempenhar, tanto professores, quanto a direção, funcionários da escola, alunos, pais, e também os governos e suas políticas para a educação têm sua responsabilidade. Porém, não podemos deixar de perceber o importante papel desempenhado pelo professor no sentido de realizar essa mudança, exatamente por estar em contato direto com os alunos e por ser um dos mais interessados em resolver esses problemas em função do elevado desgaste que sofre.

Os educadores precisam estar atentos ao fato de que não são apenas vítimas da violência, mas que também em certa medida são responsáveis por sua existência. Trata-se de observar a situação sob outro ângulo, ou seja, o de uma violência da escola contra os alunos que pode ser observada nas atitudes tomadas contra eles tanto em sala de aula, quanto no restante da escola, como imposição de regras de comportamento, coerção por intermédio de avaliação, repressão de determinadas atitudes através de ameaças e isso sem falar na discriminação que muitos alunos sofrem na escola devido à condição sócio-econômica ou cultural de sua família. Assim, a reflexão a respeito dessa questão e de outras mais, se mostra cada vez mais necessária.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. Tabus acerca do magistério. In: _____ *Educação e Emancipação*. RJ: Paz e Terra, 1995a.

_____ Educação – para quê? In: _____ *Educação e Emancipação*. RJ: Paz e Terra, 1995b.

AQUINO, Júlio G. – *Confrontos em sala de aula: Uma leitura institucional da relação professor-aluno*. São Paulo: Summus, 1996.

_____ - A violência escolar e a crise da autoridade docente. In: *Na mira da violência, a escola e seus agentes*. Campinas/SP: Cadernos Cedes nº 47, 1998.

ARENDT, H. – *Entre o passado e o futuro*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

LYOTARD, J-F. O saber já não é um meio de emancipação. In: KECHINKIAN, A. *Os filósofos e a educação*. Lisboa: Ed Colibri, 1993a.

_____ *O pós-moderno explicado às crianças* – correspondência 1982-1985. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993b.

PAGNI, P. A. O filosofar na arte de educar entre o corpo e a infância: paralelos entre Adorno e Lyotard. In: *Childhood and Philosophy*. Vol. 1, nº 1, jan/jun. 2005. Disponível em: http://www.filoeduc.org/childphilo/n1/conteudo_por.htm